



VIOLÊNCIA SIMBOLICA E RESISTÊNCIA: ALMIRA CARNEIRO BOTELHO NA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE (1973 – 1976)

Beatriz Feitosa da Rosa Souza

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

beatriz.00000846185@unicap.br

RESUMO: A participação feminina na política brasileira representa tema fundamental para compreender as relações de poder que historicamente limitaram o acesso das mulheres aos espaços decisórios. Este trabalho analisa a trajetória de Almira Carneiro Botelho, segunda mulher eleita vereadora no Recife, durante seu mandato entre 1973 e 1976, à luz das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu sobre violência simbólica e campo político, Joan Scott sobre gênero como categoria analítica e Judith Butler sobre performatividade de gênero. Os objetivos específicos incluem: examinar o contexto político-eleitoral de 1972; identificar suas principais propostas legislativas; analisar as formas de discriminação e violência simbólica sofridas; e avaliar seu legado para a representatividade feminina. A metodologia baseou-se em pesquisa documental e qualitativa, com tentativa de análise de registros da Câmara Municipal do Recife e matérias jornalísticas do Diário de Pernambuco, especialmente as colunas "O assunto é política" e "Coisas da cidade". Os resultados demonstram que Almira, natural de Palmares e funcionária pública aposentada, enfrentou obstáculos desde o processo eleitoral, necessitando recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral para garantir sua posse após problemas com cédulas de votação. Durante o mandato, integrou a Comissão de Finanças e desenvolveu projetos de infraestrutura urbana para a zona sul, saúde feminina e valorização cultural, destacando-se como idealizadora do carnaval do Pina, defensora da conservação da Biblioteca Municipal de Afogados e responsável por conceder cidadania recifense a Ariano Suassuna. Suas propostas de saúde incluíam serviços contra doenças venéreas femininas e redução do tempo de contribuição previdenciária para 25 anos. A pesquisa revelou padrões sistemáticos de invisibilização midiática e desqualificação intelectual, com ataques direcionados à sua capacidade mental e acusações de estar "esclerosada", enquanto vereadores homens eram criticados exclusivamente por suas propostas. Sua imagem permaneceu constantemente atrelada ao irmão deputado Newton Carneiro, evidenciando a dependência estrutural do capital político

masculino para legitimação feminina. Conclui-se que Almira exemplifica as complexidades da participação política feminina nos anos 1970, enfrentando estruturas patriarcais profundamente enraizadas no campo político brasileiro. Sua derrota eleitoral em 1976, atribuída à perda de apoio do irmão que migrou de partido, reforça como a legitimação feminina dependia fundamentalmente do respaldo masculino. Não obstante, seu legado permanece significativo, contribuindo para abrir caminhos às futuras candidaturas femininas em Pernambuco.

Palavras-chave: Almira Carneiro Botelho. Violência simbólica. Gênero e Política. Câmara Municipal do Recife. Representatividade Feminina.

INTRODUÇÃO

A participação política feminina no Brasil constitui um campo de investigação histórica que demanda atenção às múltiplas camadas de exclusão, resistência e negociação que marcaram a trajetória das mulheres nos espaços de poder. Como observa Joan Scott (1990), gênero configura-se como categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder e as construções sociais que estruturam as hierarquias políticas. No contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), período caracterizado pela repressão política e pela restrição dos direitos civis, a presença feminina nos espaços legislativos municipais torna-se ainda mais significativa, revelando tanto as possibilidades quanto os limites impostos às mulheres que ousavam adentrar o campo político, embora o voto feminino tenha sido conquistado em 1932, a efetiva participação das mulheres como candidatas e representantes eleitas permaneceu extremamente limitada ao longo do século XX. As barreiras não eram apenas legais, mas sobretudo culturais, simbólicas e estruturais, configurando o que Pierre Bourdieu (2002) denomina de "dominação masculina", um sistema de poder que naturaliza a exclusão feminina dos espaços públicos e políticos, relegando-as ao âmbito doméstico e privado.

No ano de 1972, iniciava-se o período eleitoral para eleger os representantes a prefeito e vereador em diversos estados brasileiros. Apesar do período ditatorial ainda fortemente presente, essas eleições ocorreram com razoável liberdade, considerando todos os fatores que englobavam o regime militar, tendo em vista que o direito ao voto era limitado e deveria obedecer a critérios bastante específicos. Como observam Ferreira e Delgado (2017), as eleições municipais de 1972 ocorreram em um contexto de aparente distensão política, mas sob severo controle do regime, com o bipartidarismo imposto entre ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e com diversos mecanismos de censura e vigilância ainda operantes. É exatamente nesse contexto extremamente desafiador que a cidade do Recife elege, pela segunda vez, uma mulher como vereadora. Este fato, por si só, já indica o quão restrito era o acesso feminino aos cargos eletivos, mesmo em nível municipal. A sub-representação feminina na política brasileira,

como apontam Miguel e Biroli (2014), não é um fenômeno natural ou resultado de menor interesse das mulheres pela política, mas sim consequência de estruturas de poder que sistematicamente dificultam e deslegitimam a participação política feminina.

Almira Carneiro Botelho, mulher oriunda do município de Palmares, interior de Pernambuco, e funcionária pública de carreira (naquele momento já aposentada), assumiu o cargo de vereadora em 1973, quando já possuía 63 anos de idade. Sua trajetória pessoal revela aspectos importantes sobre as possibilidades e limitações das mulheres na política da época. O fato de ser funcionária pública aposentada lhe conferia uma autonomia financeira importante, elemento fundamental para a participação política feminina, uma vez que a dependência econômica em relação a figuras masculinas frequentemente impedia ou dificultava as candidaturas de mulheres. A origem interiorana de Almira também merece atenção. Palmares, cidade do interior pernambucano, possuía uma estrutura social ainda mais conservadora que a capital, o que torna sua entrada na política recifense ainda mais significativa. Sua mudança para o Recife e inserção no funcionalismo público representaram, em si mesmas, processos de ruptura com os papéis tradicionais de gênero esperados para mulheres de sua geração. Como observa Michelle Perrot (2008), o acesso ao trabalho remunerado e ao espaço público foi fundamental para a construção da autonomia feminina e para as possibilidades de atuação política das mulheres no século XX.

Eleita com 5.346 votos, Almira enfrentou desde o início de seu mandato diversas dificuldades que explicitam os mecanismos de exclusão política das mulheres. Devido a um problema com as cédulas de votação, acrescido da falta de interesse em efetivar sua nomeação por parte do órgão eleitoral, quase foi impedida de tomar posse de seu cargo. Este episódio não pode ser compreendido como mero acidente burocrático, ele revela o que se denomina de "violência política de gênero", um conjunto de práticas, discursos e mecanismos institucionais que visam impedir, dificultar ou deslegitimar a participação política das mulheres. A vereadora entrou com uma petição no Tribunal Regional Eleitoral, exigindo a recontagem dos votos considerados nulos, pois acreditava que erros relacionados ao seu nome a fizeram perder muitos votos. Esta ação demonstra não apenas determinação pessoal, mas também conhecimento dos trâmites legais e capacidade de mobilização de recursos jurídicos - competências raramente reconhecidas em mulheres políticas, que frequentemente tinham (e ainda têm) suas capacidades técnicas questionadas. Após análise do juiz Agenor Ferreira Lima e da Comissão Revisadora, Almira pôde finalmente ser empossada e tomou a última cadeira da Câmara Municipal.

Todo o percalço vivido antes mesmo de adentrar ao cargo era apenas um prenúncio do que viria a seguir, sendo uma mulher ingressando no espaço político. A expressão "última cadeira" é simbólica e literal ao mesmo tempo: Almira ocupava não apenas numericamente a última posição na ordem de posse, mas também, simbolicamente, o lugar marginal reservado às mulheres no

espaço legislativo. Como argumenta Bourdieu (2011) em sua análise sobre as trocas simbólicas, os espaços sociais são estruturados por hierarquias que se manifestam inclusive na disposição física e na ordem de precedência dos agentes.

Após sua eleição, Almira Carneiro integrou a Comissão de Finanças da Câmara, fato que merece destaque. As comissões temáticas das casas legislativas reproduzem frequentemente as divisões de gênero presentes na sociedade, com mulheres sendo direcionadas ou limitadas a comissões relacionadas a educação, assistência social e saúde, enquanto comissões consideradas "estratégicas" como finanças, economia e infraestrutura permanecem predominantemente masculinas (MIGUEL; BIROLI, 2014). A presença de Almira na Comissão de Finanças representava, portanto, uma ruptura com esses padrões de segregação de gênero nas estruturas legislativas.

A vereadora propôs diversas obras de infraestrutura, demonstrando preocupação com questões urbanas fundamentais. Sua preocupação com a falta de água e energia para os bairros da zona sul do Recife revela atenção às demandas concretas da população, especialmente das camadas mais vulneráveis que habitavam áreas com precária infraestrutura urbana. O Recife dos anos 1970, como outras capitais brasileiras do período, enfrentava intenso processo de crescimento urbano desordenado, com expansão de áreas periféricas desprovidas de serviços básicos (FERREIRA; DELGADO, 2017). Além disso, manifestava temor pelo despreparo da cidade em receber fortes chuvas, sendo sempre vitimada pelos frequentes alagamentos. Esta preocupação, que poderia ser vista como prosaica, revela na verdade uma compreensão aguçada dos problemas estruturais da cidade e das consequências sociais dos desastres naturais, que afetavam (e ainda afetam) desproporcionalmente as populações mais pobres. A questão dos alagamentos no Recife possui longa história e permanece relevante até os dias atuais, indicando que as propostas de Almira identificavam problemas reais e persistentes da cidade.

Almira também se dedicava à revitalização de patrimônios. Uma de suas ações mais relevantes foi propor ativamente a manutenção e conservação da Biblioteca Municipal de Afogados. Esta iniciativa revela uma compreensão da importância dos equipamentos culturais públicos como instrumentos de democratização do acesso ao conhecimento e à cultura. A vereadora, que tinha o costume de ler livros de história para fundamentar seus discursos, demonstrava com esta prática uma valorização do conhecimento histórico como ferramenta de legitimação política e argumentação legislativa.

Roger Chartier (1988), em sua obra sobre história cultural, destaca a importância de compreender as práticas de leitura e as representações culturais como elementos constitutivos das relações sociais e políticas. O hábito de Almira de fundamentar seus discursos em leituras históricas não apenas legitimava sua fala no espaço público, tradicionalmente masculino, mas também

desafiava a imagem estereotipada da mulher como intelectualmente inferior ou despreparada para o debate político.

A vereadora tinha grande apreço não só pela cultura escrita, mas por todas as múltiplas manifestações culturais possíveis. Aficionada pelo carnaval, foi uma das grandes idealizadoras do carnaval do Pina, evento bastante conhecido na época, além de ser uma apoiadora e financiadora de diversos blocos de carnaval, como o ainda hoje em atuação bloco Vassourinhas de Olinda. Esta atuação no campo cultural carnavalesco revela uma dimensão importante de sua inserção política: o carnaval, como manifestação popular, constituía espaço de sociabilidade, construção de redes e afirmação de prestígio social e político. Mary Del Priore (2004) observa que as mulheres das elites e camadas médias urbanas brasileiras, ao longo do século XX, encontraram nas atividades culturais e filantrópicas formas de atuação pública socialmente aceitas, que serviam como pontes para sua posterior inserção em espaços políticos formais. Almira, ao atuar como mecenas e organizadora cultural, mobilizava capital social e simbólico que fortalecia sua posição política.

Outra de suas ações de relevância foi a instituição da Medalha José Mariano, que servia para homenagear os contemplados por seus feitos à cidade do Recife e à sociedade, muito embora não tenha sido a criadora do projeto em si. A criação de honrarias e condecorações municipais constitui prática política importante, pois permite aos parlamentares construir alianças, reconhecer aliados e firmar-se como agentes de legitimação simbólica. Ainda dentro de seus feitos, Almira foi a responsável por conceder ao renomado artista paraibano Ariano Suassuna o título de cidadão recifense, uma grande honraria em agradecimento às suas contribuições culturais no município. A concessão deste título a Ariano Suassuna, figura central do Movimento Armorial e intelectual de grande prestígio regional e nacional, demonstra a capacidade de Almira de reconhecer e dialogar com as importantes expressões culturais nordestinas. Suassuna, que posteriormente seria secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, representava a valorização da cultura popular nordestina em contraposição aos modelos culturais do eixo Rio-São Paulo. Todas essas ações atestam a grande valorização da cultura local como uma das prioridades da vereadora, revelando uma compreensão da cultura como elemento constitutivo da identidade política e da cidadania.

Apesar de ter sido considerada por muitos como uma grande "feminista", Almira era na verdade uma mulher muito cristã, conservadora e defensora de costumes. Esta aparente contradição entre ser uma mulher que rompe barreiras de gênero ao ocupar cargo político e, simultaneamente, defender valores conservadores, merece análise cuidadosa. Como observam Bandeira, Possas e Cabral (2021), as identidades políticas de gênero no século XX foram marcadas por complexidades e contradições que não podem ser reduzidas a categorias simplificadas.

O conceito de "feminismo" possui múltiplas vertentes e não pode ser tomado como categoria homogênea. Existiram e existem feminismos conservadores, liberais, socialistas, entre outros, cada

um com suas próprias concepções sobre os papéis de gênero, a família e a organização social (MIGUEL; BIROLI, 2014). Almira, embora não se identificasse como feminista e defendesse valores tradicionais, efetivamente atuava em prol de determinadas demandas femininas, configurando o que poderíamos denominar de "conservadorismo feminino" uma posição política que busca melhorias nas condições de vida das mulheres sem, contudo, questionar fundamentalmente as estruturas patriarcais.

A vereadora chegou a criar um projeto que definia como proibida a entrada de homens e mulheres utilizando biquínis e sungas em ônibus, ainda que estes estivessem a caminho da praia, pois considerava isso uma obscenidade e uma afronta à ordem pública. Este projeto revela uma concepção moralizante sobre os corpos, especialmente sobre o corpo feminino, que deveria ser mantido oculto no espaço público. A proposta de Almira sobre o vestuário em transportes públicos pode ser compreendida como expressão da ansiedade conservadora diante das transformações comportamentais e culturais do período. Os anos 1970, mesmo sob ditadura militar, foram marcados por importantes mudanças nos costumes, com a chamada "revolução sexual", o movimento hippie e novas configurações das relações de gênero e sexualidade. O controle sobre o vestuário feminino sempre foi instrumento de regulação da presença das mulheres no espaço público, e a proposta de Almira inseria-se nesta longa tradição de vigilância sobre os corpos femininos.

Além disso, a vereadora era veementemente contra o divórcio e acreditava que o defender era um sinal claro de falta de fé e que isso feria a moral da família. A questão do divórcio estava em intenso debate no Brasil dos anos 1970, sendo finalmente aprovado em 1977, após décadas de lutas. Almira, ao posicionar-se contra o divórcio, alinhava-se às posições da Igreja Católica e dos setores conservadores da sociedade, que viam na indissolubilidade do casamento um pilar da ordem social. Ao mesmo tempo, reconhecia que essa pauta não devia ser um projeto de lei ou norma, pois não achava cabível deliberar sobre isso, uma posição que revela certa compreensão dos limites entre moral religiosa e legislação civil.

Filiada ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido apoiador do regime militar, Almira não poupou esforços ao salientar que "Não sou emedebista, não sou comunista, nem subversiva. Sou arenista de coração" (JORNAL DE PERNAMBUCO, 1974). Esta declaração explicita seu alinhamento ideológico com o regime autoritário e sua necessidade de demarcar publicamente qualquer associação com a oposição política ou com ideologias consideradas subversivas pelo regime. A filiação partidária de Almira à ARENA não era meramente circunstancial. Como funcionária pública aposentada e mulher de origem familiar ligada à política tradicional (seu irmão era deputado), Almira inseria-se nas redes de poder que sustentavam o regime militar. Sua atuação política deve ser compreendida, portanto, dentro dos limites e

possibilidades oferecidos pela ordem autoritária vigente, que permitia certo grau de atividade legislativa municipal, desde que não questionasse os fundamentos do regime.

Mesmo com essas questões ideológicas conservadoras, não é possível descredibilizar o trabalho de Almira em prol das mulheres, visto que diversas de suas ações e propostas estavam associadas a elas, principalmente em questões de saúde pública e previdência social feminina. Esta aparente contradição entre conservadorismo moral e atuação em prol de demandas femininas revela a complexidade das trajetórias políticas das mulheres e a impossibilidade de enquadrá-las em categorias rígidas. Almira defendia que a ausência de saneamento básico e a desnutrição de gestantes eram as causas por trás do alto índice de mortalidade infantil, e solicitava medidas que auxiliassem na resolução deste problema. Esta análise demonstra compreensão sofisticada sobre os determinantes sociais da saúde e sobre como as condições materiais de vida afetam diretamente os indicadores de saúde materno-infantil. A mortalidade infantil no Brasil dos anos 1970 era significativamente elevada, especialmente nas regiões mais pobres e nas periferias urbanas, constituindo grave problema de saúde pública. A preocupação de Almira com gestantes e mortalidade infantil pode ser compreendida tanto como expressão de sensibilidade feminina para questões relacionadas à maternidade e aos cuidados, quanto como posicionamento político que reconhecia as necessidades específicas das mulheres pobres. Rachel Soihet (1997) observa que a maternidade foi historicamente mobilizada tanto como instrumento de confinamento das mulheres ao espaço doméstico quanto como justificativa para sua atuação política em áreas consideradas extensões do cuidado maternal.

Além disso, Almira defendia a criação do Serviço de Proteção contra as Doenças Venéreas porque existia um crescente índice dessas enfermidades entre as mulheres, atrapalhando muitas vezes sua qualidade de vida. Esta proposta é particularmente significativa, pois as doenças sexualmente transmissíveis (hoje conhecidas como IST'S) eram (e em muitos contextos ainda são) temas tabus, cercados de preconceitos e moralismos. Almira, apesar de seu conservadorismo moral em outras questões, reconhecia a necessidade de políticas públicas de saúde que enfrentassem pragmaticamente estes problemas.

A vereadora acreditava que deveria haver o mesmo ímpeto de cuidar dessa questão como existia para doenças como poliomielite, sarampo e coqueluche, mas sabia que não era do interesse de ninguém prestar atenção nessa demanda. Esta observação revela consciência crítica sobre as hierarquias que estruturam as políticas públicas de saúde e sobre como questões relacionadas à sexualidade feminina eram sistematicamente negligenciadas pelas autoridades sanitárias. O silenciamento sobre saúde sexual e reprodutiva das mulheres constitui, como observa Foucault (2014) em "A ordem do discurso", forma de controle e disciplinamento dos corpos femininos.

Almira defendia também a redução do tempo de contribuição das mulheres para 25 anos no sistema previdenciário. Esta proposta reconhecia as especificidades da inserção feminina no mercado de trabalho, marcada por interrupções devido à maternidade, pela dupla jornada de trabalho e pelas dificuldades adicionais enfrentadas pelas mulheres para manter trajetórias profissionais contínuas. A questão previdenciária, embora técnica, possui profundas implicações de gênero, e a proposta de Almira demonstrava compreensão dessas desigualdades estruturais.

Embora tenha tido oportunidade de fazer suas contribuições à política local, nem tudo que Almira propunha ou desejava implementar era aceito, sendo muitas vezes colocada em posição de coadjuvância. Esta marginalização de suas propostas e de sua própria figura política revela os mecanismos sutis e nem tão sutis de exclusão que operavam (e operam) para manter as mulheres em posições subalternas no campo político. Diversos são os recortes jornalísticos que falam de suas participações em eventos com outros políticos, na maioria das vezes citada no fim das páginas, quase como uma pequena menção forçada para que sua presença não "passasse em branco", mas nunca citada num espaço de importância. Esta invisibilização midiática das mulheres políticas constitui forma específica de violência simbólica. Como observa Bourdieu (2002), a dominação masculina opera frequentemente através de mecanismos invisíveis de desqualificação e marginalização, que naturalizam a exclusão feminina dos espaços de prestígio e poder. A análise do discurso jornalístico, como propõe Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2015), deve atentar para as estratégias retóricas e os silenciamentos que estruturam as narrativas. A posição marginal ocupada por Almira nas páginas dos jornais não era casual, mas expressava as hierarquias de gênero que estruturavam o campo jornalístico e político. Mikhail Bakhtin (2016), em sua análise dos gêneros do discurso, observa que os gêneros jornalísticos carregam convenções e expectativas sociais que moldam não apenas o que é dito, mas quem tem legitimidade para falar e como suas falas são recebidas.

Ademais, quando não era invisibilizada, Almira tinha sua imagem diretamente atrelada ao seu irmão, que também era político, o então deputado Newton Carneiro, sendo constantemente comparada ou descredibilizada em torno dessa representação masculina, o que acabava por dificultar seu próprio caminho na política. Esta prática de definir mulheres políticas em relação a figuras masculinas (pai, marido, irmão) é recorrente na história política brasileira e mundial, constituindo mecanismo de negação da autonomia política feminina. Ao analisar a participação das mulheres na política brasileira, é possível identificar este padrão de subordinação simbólica como obstáculo fundamental à plena legitimação das mulheres como sujeitos políticos autônomos. Almira não era reconhecida primeiramente por seus próprios méritos, propostas e atuação, mas sempre através da mediação de uma figura masculina que lhe emprestava (ou retirava) legitimidade. Esta

dependência simbólica em relação ao irmão ficaria ainda mais evidente em sua tentativa de reeleição.

Por diversas vezes, suas ideias foram renegadas ou tiradas de contexto por meio de sátiras, ironias ou até mesmo ofensas pessoais em diversos meios de comunicação, especialmente na coluna "O assunto é política" ou na coluna "Coisas da cidade", ambas do jornal Diário de Pernambuco. A análise sistemática dessas colunas jornalísticas revelaria os padrões discursivos de desqualificação política feminina, mostrando como o humor, a ironia e a sátira podem ser mobilizados como instrumentos de violência política de gênero.

Isso demonstra muito da violência presente, ainda que veladamente, nos discursos masculinos. Homens eram criticados pelo veículo, mas nunca no mesmo tom; enquanto para eles as críticas eram alinhadas às suas propostas, para Almira eram diretamente ligadas à sua capacidade intelectual, política e mental. Esta diferenciação no tratamento dado a políticos homens e mulheres é manifestação clara do que Judith Butler (2021) denomina de "discurso de ódio performativo", práticas discursivas que não apenas descrevem, mas produzem e reforçam hierarquias sociais e relações de dominação, as críticas dirigidas aos políticos homens centravam-se em suas propostas, alianças, posicionamentos ideológicos, elementos pertencentes à esfera pública e política. Já as críticas a Almira atacavam sua pessoa, sua capacidade cognitiva, sua sanidade mental, questionando sua própria legitimidade enquanto sujeito político. Esta estratégia de deslegitimação através do questionamento da capacidade mental e emocional das mulheres possui longa história e constitui um dos pilares da exclusão feminina da vida pública.

Até mesmo seus colegas de plenário a desrespeitavam enquanto mulher e vereadora, tendo um deles afirmado que Almira estaria "esclerosada" e "sofrendo de distúrbio mental", o que mostra o profundo desrespeito e desvalorização à sua figura feminina e ao seu trabalho. Este tipo de ataque, proferido por um colega parlamentar no próprio espaço institucional da Câmara, revela como a violência política de gênero perpassa todas as esferas - da mídia aos próprios órgãos legislativos. O uso de vocabulário médico-patologizante ("esclerosada", "distúrbio mental") para desqualificar uma mulher política remete à longa tradição de medicalização e patologização das mulheres que ousavam desafiar os papéis de gênero estabelecidos. Como observa Thaís Zschieschang (2022), estas formas de violência política de gênero visam não apenas prejudicar a mulher específica que as sofre, mas também enviar mensagens intimidadoras a todas as outras mulheres que considerem participar da política: o preço a pagar por essa transgressão de gênero é alto.

Em 1976, Almira Carneiro se candidatou à reeleição, tentando novamente conquistar seu espaço na Câmara Municipal. A tentativa de reeleição representa momento crucial para compreender os limites estruturais impostos às mulheres na política. Enquanto para políticos homens a reeleição tende a ser facilitada pelos recursos de mandato, pelo reconhecimento

construído e pelas redes estabelecidas, para mulheres estes mesmos recursos frequentemente se mostram insuficientes diante das barreiras de gênero. Contudo, acredita-se que devido à falta de apoio de seu irmão, que havia migrado de partido, Almira não conseguiu os votos suficientes para se eleger. Este episódio é profundamente revelador das estruturas patriarcais que sustentavam (e ainda sustentam) a política brasileira. Almira havia cumprido mandato, apresentado propostas, atuado em comissões, construído uma trajetória própria, mas tudo isso se mostrou insuficiente sem o aval e o apoio do irmão.

A migração partidária de Newton Carneiro significou, na prática, a retirada do capital político que ele emprestava à irmã. Sem este capital simbólico masculino, Almira não conseguiu mobilizar os recursos necessários para sua reeleição. Isto deixa ainda mais claro o machismo em torno da realidade política, visto que uma mulher só obteria credibilidade suficiente estando amparada pelo apoio de um homem. Este padrão não era exclusivo de Almira ou do Recife dos anos 1970. Como demonstra Teresa Cristina de Novaes Marques (2019), ao longo de toda a história política brasileira, as mulheres que conseguiram eleger-se frequentemente o fizeram mobilizando capital político de figuras masculinas da família como os pais, maridos, irmãos. Esta dependência revela que o campo político permanecia estruturalmente masculino, com as mulheres ocupando posições derivadas, secundárias, dependentes.

A derrota eleitoral de Almira em 1976, após um mandato de atuação significativa, evidencia como os mecanismos de exclusão política das mulheres operam não apenas impedindo sua entrada inicial no campo político, mas também dificultando sua permanência e consolidação. A cada nova eleição, as barreiras precisam ser novamente enfrentadas, sem que a experiência acumulada garanta os mesmos benefícios que garante aos homens. Ainda que não tenha retornado ao cargo público após 1976, Almira Carneiro Botelho foi responsável por abrir diversas portas para novas candidaturas femininas à vereança e, posteriormente, até mesmo para o cargo de deputada. A análise do legado político de Almira deve considerar tanto suas realizações concretas durante o mandato quanto sua significação simbólica como mulher ocupando espaço no legislativo municipal durante a ditadura militar. Cada mulher que rompe as barreiras e ocupa espaços políticos contribui para tornar a presença feminina na política menos excepcional e mais naturalizada. Como argumentam Miguel e Biroli (2014), a representação política feminina possui dimensão não apenas substantiva (relativa aos interesses e demandas que são representados), mas também simbólica - a presença de mulheres em cargos políticos desafia as concepções tradicionais sobre os papéis de gênero e amplia o imaginário sobre o que mulheres podem ser e fazer.

A trajetória de Almira, com todas as suas contradições, demonstra a complexidade das experiências políticas femininas. Ela não foi uma feminista revolucionária questionando as estruturas patriarcais; foi uma mulher conservadora que, não obstante, desafiou as barreiras de

gênero ao ocupar cargo político e propor políticas públicas atentas a demandas femininas específicas. Sua atuação revela que não existe um único modelo de participação política feminina, e que as mulheres que ingressam na política o fazem a partir de diferentes posicionamentos ideológicos e trajetórias pessoais.

A necessidade de representatividade feminina na política se faz urgente, como atesta a trajetória de Almira e as inúmeras barreiras que enfrentou. Os estudos contemporâneos sobre participação política feminina, como os trabalhos de Sérgio Silveira Banhos (2020) e Katarina Brazil (2020), demonstram que a sub-representação feminina na política brasileira permanece como problema estrutural que demanda políticas afirmativas, como as cotas de gênero e o financiamento equitativo de campanhas. Almira faleceu em 2010, mas seu legado permanece vivo até os dias de hoje. A memória de sua atuação deve ser preservada e estudada não como exemplo de trajetória perfeita ou de feminismo exemplar, mas como testemunho das complexidades, contradições e desafios enfrentados pelas mulheres que ousaram participar da política brasileira em períodos extremamente adversos. Seu nome integra a pequena lista de mulheres que, ao longo do século XX, ocuparam cadeiras nas câmaras municipais brasileiras, desafiando as expectativas de gênero e abrindo caminhos para as gerações seguintes.

A trajetória política de Almira Carneiro Botelho na Câmara Municipal do Recife entre 1973 e 1976 oferece múltiplas camadas de análise sobre as relações entre gênero, poder e autoritarismo no Brasil. Sua experiência revela que mesmo em contextos de restrição democrática, os espaços políticos locais permaneciam como arenas de disputa e atuação, ainda que severamente limitados pelas estruturas do regime militar. A análise de sua atuação através das lentes teóricas de gênero, como proposto por Joan Scott (1990) e Judith Butler (2003), permite compreender como as estruturas de dominação masculina, identificadas por Bourdieu (2002), operavam concretamente no cotidiano político municipal. Almira enfrentou desde mecanismos institucionais de exclusão, como as dificuldades para sua posse, até formas mais sutis de violência simbólica, como a invisibilização midiática e a constante associação de sua figura à do irmão.

Suas propostas legislativas revelam uma mulher política que, embora conservadora em questões morais e de costumes, demonstrava sensibilidade para questões urbanas, culturais e, especialmente, para demandas específicas relacionadas à saúde feminina. Esta aparente contradição entre conservadorismo moral e atenção a questões femininas não deve ser compreendida como incoerência pessoal, mas como manifestação das complexas negociações que mulheres de sua geração e contexto precisavam realizar para ocupar espaços públicos e políticos.

A violência política de gênero sofrida por Almira expressa nas sátiras jornalísticas, nos ataques à sua capacidade mental por colegas parlamentares, na subordinação simbólica à figura do irmão, evidencia que a mera presença física de mulheres nos espaços políticos não elimina

automaticamente as estruturas patriarcais. O fracasso de sua reeleição em 1976, aparentemente causado pela retirada do apoio do irmão que mudou de partido, constitui evidência dramática de como o capital político feminino permanecia fundamentalmente dependente do aval masculino. Almira havia construído um mandato, proposto projetos, atuado em comissões, mas tudo isso se revelou insuficiente sem o respaldo da figura masculina que lhe emprestava legitimidade.

A trajetória de Almira Carneiro Botelho insere-se em uma longa e ainda incompleta história de luta pela participação política feminina no Brasil. Desde a conquista do voto feminino em 1932 até os debates contemporâneos sobre cotas de gênero e paridade, as mulheres brasileiras têm enfrentado inúmeras barreiras para participar efetivamente das decisões políticas que afetam suas vidas. Como observam Miguel e Biroli (2014), a sub-representação feminina na política não é fenômeno natural, mas resultado de estruturas de poder que sistematicamente excluem e deslegitimam a participação política das mulheres. O estudo de trajetórias como a de Almira permite não apenas recuperar a memória dessas mulheres frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional, mas também compreender os mecanismos através dos quais as desigualdades de gênero se reproduzem no campo político. A violência política de gênero, longe de ser exceção ou desvio, revela-se como elemento estrutural que visa manter as mulheres em posições subalternas ou excluí-las completamente do espaço político. A análise histórica da participação política feminina, como a proporcionada pelo estudo da trajetória de Almira Carneiro Botelho, contribui para desnaturalizar a exclusão feminina da política, revelando-a como construção social e histórica que pode - e deve - ser transformada. Compreender como as estruturas de dominação masculina operaram no passado é fundamental para identificar suas manifestações contemporâneas e desenvolver estratégias efetivas para sua superação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BANDEIRA, Andréa; POSSAS, Lidia; CABRAL, Alcileide. Gênero, identidades políticas no século XXI. Recife, Ed. UPE, 2021.
- BANHOS, Sérgio Silveira. A participação das mulheres na política. as quotas de gênero para o financiamento de campanhas no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRAZIL, Katarina. Mulheres na política brasileira. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2020.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Discurso de ódio: uma política do performativo. São Paulo: Ed. Unesp, 2021

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

D'ÁVILA, Manuela (org.). Sempre foi sobre nós. Relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 4.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismos e política: uma introdução. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla

PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

RECIFE. Câmara Municipal do Recife. Legislaturas. Recife. Disponível em: <<https://www.recife.pe.leg.br/vereadores/legislaturas-anteriores>>. Acesso em: 5 out. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1990.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65-98.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 263-284.

ZSCHIESCHANG, Thaís. Mulheres e política no Brasil: um manual prático de enfrentamento à desigualdade de gênero. São Paulo: Dialética, 2022.